

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
1. Introdução	7
2. Gênese internacional e nacional do Trabalho Portuário	11
3. Sistema Sindical do Trabalho Portuário	15
3.1. Antecedentes históricos do Movimento Operário nos Portos	15
3.2. Estrutura da Representação Sindical no Trabalho Portuário. Pluralidade e Liberdade em meio ao Sistema Brasileiro Oficial de Unicidade	24
3.3. Regularidade do Sistema Sindical Portuário frente ao que dispõe a Constituição Federal	34
3.4. Brasil e Portugal: essencialidade das operações portuárias e aspectos gerais relacionados ao movimento operário da Estiva nos dois Países	44
4. Exceções à regra geral de atuação, ou “<i>intervenção</i>”, de Operadores e Trabalhadores Portuários: Automação ou Mecanização, Tripulantes, Fornecimento a Navios (“<i>rancho</i>”, <i>shipsuppliers</i>) e demais hipóteses admitidas pela Lei dos Portos	53
4.1. Movimentações cujo modus operandi não requeira, total ou parcialmente, participação humana direta.....	61
4.2. Possibilidade de execução da atividade pela própria Tripulação.....	63
4.3. Embarques e desembarques que, embora ocorram na área do Porto, apresentam-se como operações atípicas em função da espécie, da finalidade e da destinação da carga.....	70

5. OGMO: contextualização geral sobre passado (com foco nas origens dessa peculiar Entidade), presente e futuro	75
5.1. Análise crítica sobre a Responsabilidade Solidária “Direta” e “Invertida” acarretada pelo artigo 33, §2º, da Lei n. 12.815/2013	84
5.2. Depósito Recursal reduzido em Processos Trabalhistas.....	96
6. Modelos contratuais do Trabalho Portuário: Avulso, Vinculado, Cooperado, Temporário, Terceirizado e Intermitente	97
6.1. Vinculação empregatícia: prioridade x exclusividade	104
6.2. Livre Iniciativa, Direito do Terminal ou Operador Portuário à opção pelo vínculo empregatício e Inexistência de amparo legal para a imposição de “paridade” ou qualquer percentual fixo de requisição de Avulsos: case da Vinculação da Estiva no Porto de Santos	122
6.3. Multifuncionais vinculados: trabalho unificado	135
6.4. Aspectos disciplinares na relação entre TPAs, OGMO e Operadores.....	137
6.5. Trabalho Intermitente no Porto	143
6.6. Consórcio de Terminais e Operadores para vinculação empregatícia de Trabalhadores Portuários	154
6.7. Requisição de TPAs em Terminais Privados (TUPs).....	155
7. Aplicação específica do sistema de cotas para Aprendizes e Pessoas com Deficiência e Reabilitadas nas atividades previstas pela Lei n. 12.815/2013.....	161
8. Jornadas de trabalho no porto: tempo à disposição, intervalos e outras questões.....	173
9. Adicional de Riscos	181
10. Prescrição no Trabalho Portuário Avulso.....	191
11. Considerações Finais: Automação e o Futuro do Trabalho Portuário.....	195
12. Referências bibliográficas.....	209